

A sociologia frente à crise política e às reformas curriculares

Naiara Sandi de Almeida Alcantara

Pós-Graduada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá.

Contato:

nayara_sandy@hotmail.com

Gabriela Catarina Canal

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

Contato:

gabrielacatarina11@gmail.com

Palavras-chave:

Educação; Reforma; Sociologia.

Key-words:

Educational Reform; Sociology; Education.

Resumo: Este artigo pretende analisar os dois momentos em que a Sociologia passou a compor o currículo escolar, nos anos de 1920 e 1990, destacando as divergências entre esses períodos e as leis que respaldaram a consolidação da disciplina como obrigatória. Em seguida, será feita uma investigação sobre a reforma nacional da educação, evidenciando as principais mudanças por ela introduzidas. Por fim, o exame recairá especificamente sobre a importância da Sociologia na educação, revelando suas principais funções, percalços e desafios no atual contexto político do país.

Abstract: *This article intends to analyze the two moments in which sociology passed to compose the school curriculum in 1920 and 1990, highlighting the divergences between these two periods and the laws that supported the consolidation of the discipline as a compulsory one. Next, will be made an investigation into the national reform of education, evidencing the main changes introduced by it. Finally, the examination will focus specifically about the importance of sociology in education, revealing its main functions, mishaps and challenges in the current political context of the country.*

Introdução

Para dialogar sobre o ensino da Sociologia nas escolas públicas do Brasil, será feito o mesmo questionamento que serviu para embasar uma série de teorias no campo educacional: "Para que servem as escolas?". Essa questão serviu como base teórica para autores como Michael Young. Em seu artigo homônimo, afirma que todas as instituições devem ser questionadas; no entanto, é interessante pensar a escola enquanto instituição necessária para que as sociedades não iniciem a acumulação de conhecimento a cada nova geração, e tal afirmação foi possível a partir da observação de sociedades que não possuíam qualquer tipo de sistema educacional.

Young (2007) discorreu sobre as críticas direcionadas às escolas nas décadas de 70, 80 e 90, advindas, na maior parte, de pesquisadores da esquerda que teorizavam sobre o papel escolar. Para estes, a escola servia para reiterar as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Apenas no final dos anos 80 e durante os anos 90 é que houve algumas mudanças nas críticas, pois elas começaram a serem feitas a partir da teoria de Michel Foucault (1999) que, ao agrupar a instituição escolar a outras, como hospitais, prisões e asilos, concluiu que a função daquela era vigiar, controlar, punir e normatizar.

Dentre as teorias que surgiram posteriormente à década de 80, estava a neoliberal que, discorrendo sobre o papel do Estado e do mercado, defendia que a escola, inicialmente, seria responsabilidade única e exclusiva do primeiro; contudo, deveria passar a responder às demandas do segundo para que fosse formatada mercadologicamente.

A escola possui diferentes funcionalidades a depender da época em que se a analisa. Afinal, para cada sociedade e período histórico, tentou-se utilizar a educação para fins diversos; entretanto, mesmo os tipos mais repressivos e autoritários puderam ser utilizados para libertar os indivíduos. Essa afirmação pode ser corroborada através da obra "Ensinando a Transgredir: a educação como prática da

liberdade" de bell hooks (2013), autora negra que discorre, em vários trechos de sua obra, sobre sua trajetória escolar.

Essa obra foi dividida em duas etapas: a primeira se passa na escola em que estudou durante a infância, voltada somente para pessoas negras e que ficava próxima a sua casa; a segunda, em outra escola, localizada do outro lado da cidade, formada por maioria branca. A autora descreve com detalhes como era maravilhosa a escola da infância, com professoras negras que a ensinavam a lutar contra a hegemonia branca e a resistir sempre, e como foi frustrante mudar para um colégio majoritariamente constituído por professores (as), alunos (as) brancos (as), onde passou a viver um constante processo de exclusão por parte de todos (as) os (as) agentes educacionais e colegas.

Apesar de todo o sofrimento decorrente do fato de ser uma mulher negra em um espaço contaminado pelo machismo e o racismo, ela não deixou de acreditar no potencial da educação. Nesse sentido, hooks expõe:

"Apesar das experiências intensamente negativas, me formei na escola ainda acreditando que a educação é capacitante, que ela aumenta nossa capacidade de ser livres. Quando comecei o curso de graduação na Universidade de Stanford, me fascinei pelo processo de me tornar uma intelectual negra insurgente". (HOOKS, 2013, p.13)

Histórico da Sociologia no cenário nacional

Voltando a discussão para o cenário nacional, é possível inferir que durante a colonização do país, a educação se restringia a uma pequena parcela da sociedade que possuía poder aquisitivo. As atuais propostas de reorganização do ensino indicam uma tentativa de, novamente, restringir o conhecimento às mãos de uma pequena elite financeira, porque desconsideram os dispositivos legais que regem a

organização social brasileira, como a Constituição Federal (CF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu art. 53, *caput* prevê que crianças e adolescentes “[...] têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

A análise desses dispositivos legais, bem como do histórico de inserção da Sociologia no currículo escolar, é essencial, visto que, embora a reforma não tenha extinguido o ensino público, as mudanças na grade curricular que suprimem disciplinas essenciais à formação dos (as) estudantes irão contribuir com a precarização do ensino e do aprendizado.

Como exposto anteriormente, a Sociologia esteve presente como disciplina regular na grade do ensino médio em dois períodos, quais sejam, em 1920 e 1990. De acordo com Simone Meucci (2015), a disciplina foi implantada nas escolas antes mesmo de se tornar um curso superior, em 1925. Surgiu, portanto, em um período de crise econômica, no qual o Brasil deixava de ser basicamente exportador agrário para dar espaço à industrialização que tomava conta do ambiente urbano, criando novos atores sociais ainda pertencentes à elite, mas agora uma elite escolarizada. Por conseguinte, a Sociologia surge como uma ponte entre uma antiga elite e uma nova camada social, que tornavam compreensíveis as mudanças que estavam ocorrendo.

“Não obstante, não era apenas mero ornamento a Sociologia. Foi também uma disciplina normativa, prescritiva de noções de civilidade, civismo e até higienismo. Mais do que isso, ofereceu uma metáfora da sociedade: a metáfora orgânica, na qual se ocultaram desigualdades sociais sob os argumentos da diferença, da funcionalidade, solidariedade e autoridade. Com isso, a Sociologia escolar, cujo conteúdo na forma de livro (como as demais disciplinas) estava sob o controle da Comissão Nacional do Livro Didático, cumpriu um papel crucial para o período que consiste em ser o locus da justificativa discursiva do Estado Novo” (MEUCCI, 2015, p.254).

Todavia, a Sociologia não permaneceu por muitos anos na escola: deixou de ser disciplina obrigatória do ensino médio em 1942, por disposição do Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942. Após quase 50 anos, a Sociologia volta ao sistema escolar, entre 1990 e 2000, novamente em período de crise, mas com outra formatação. O país acabara de passar por 20 anos de ditadura militar, com altas taxas inflacionárias e grande concentração urbana. Através da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a promulgação da LDB em 1996, conclui-se que mudanças no sistema político só seriam possíveis com uma educação que fosse mais pluralista e inclusiva, pois somente assim os indivíduos se tornariam mais autônomos e críticos, então “[...] a Sociologia emerge como disciplina mais uma vez relacionada à redefinição do Estado” (MEUCCI, p.255).

A partir de 1990, tornou-se uma disciplina opta-

tiva nos currículos da educação básica, muito conceituada nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Apenas com a menção à Sociologia feita pela LDB é que vários setores da sociedade começaram as discussões em torno de sua obrigatoriedade e, após uma grande luta política, a matéria foi votada e a disciplina aceita pela Câmara dos Deputados (2000) e pelo Senado Federal (2001). Entretanto, foi barrada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois do veto presidencial, somente em 2006, por intermédio do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi possível modificar o texto original da LDB, tornando obrigatório o ensino de Sociologia, que antes era tido como conteúdo meramente transversal. Na ocasião, fora concedido prazo máximo de dois anos para o cumprimento da lei.

A Sociologia ressurgiu com uma roupagem diferente da que foi apresentada nos anos de 1920. Dessa vez, não vem ao encontro das necessidades da elite, portanto, até sua implantação como obrigatória, houve uma série de retaliações contestando sua importância para a formação de jovens e adolescentes. Isso ocorreu porque não era de interesse das camadas mais abastadas que existisse uma disciplina que abordasse de forma crítica temas que não estavam de acordo com os interesses da classe social hegemônica. À época, o governador do estado de São Paulo, José Serra, utilizou-se de uma série de artifícios, como o não reconhecimento do CNE enquanto órgão competente, para impedir a entrada da Sociologia nas escolas paulistas. Além disso, a Sociologia surgiu juntamente com um novo tipo de ensino médio, dessa vez composto por menos membros da elite financeira. Houve, similarmente, modificações na tentativa de fazer cumprir o que estava posto em lei, isto é, a inclusão da maior parcela da população. Deste modo, pode-se concluir que a Sociologia foi reintroduzida na grade curricular das escolas como forma de afirmação da Constituição conhecida como “cidadã”.

Como já mencionado, a Sociologia surgiu em dois períodos históricos distintos, ambos de crise, para sanar demandas diferentes e voltadas a atores de classes sociais antagônicas. No primeiro momento, foi utilizada por uma elite em causa própria, e posteriormente, ressurgiu como uma forma de ciência e um método próprio de fazer pesquisa com a importante função de formação humanística das crianças e jovens em amplo aspecto. No cenário atual, a disciplina sofre constantes ataques, pois não trata mais da reprodução dos discursos conservadores do Estado; pelo contrário, almeja desqualificar governos pouco democráticos. Em ambos os períodos, essa disciplina configurou-se como objeto de disputa.

Na primeira metade do século XX vigorava um discurso conversador que partia predominante de dois polos opostos: o catolicismo e o protestantismo. Atualmente uma das mais acirradas disputas ocorre em relação ao “Escola sem Partido”, uma proposta de lei que torna obrigatória a afixação, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, de um cartaz contendo os “deveres do professor/a”, com o intuito de combater a chamada “ideologia esquerdista”. Trata-se de tema que enseja uma investigação

1 A crise, segundo os autores citados, ocorre porque a forma como a educação está organizada é ineficiente na formação escolástica dos discentes, ou seja, os métodos de ensino, prontos para serem aplicados a todos os grupos de alunos, independente da formação familiar de cada um, da temporalidade, com espaços corretos e únicos para aplicação, salas de aulas e outras questões que compõe essa pedagogia hegemônica levou ao que eles denominaram de crise da estrutura.

específica e exauriente, e por isso, não será objeto de discussão neste artigo.

O que diz a constituição

Na Primeira República brasileira, inaugurada pela Constituição de 1891, adotou-se o sistema federalizado, de modo que o poder executivo foi descentralizado, isto é, dividido entre os estados. A educação, portanto, passou a ser regida de forma mais específica, em níveis municipais e estaduais. Ocorre que apenas os estados mais desenvolvidos puderam estruturar seus sistemas educativos de forma minimamente satisfatória. Essa situação gerou uma sinuosa disparidade organizacional. Sem uma regência por parte da União, houve fragmentações e rupturas que geraram fortes demandas por reformas educacionais, o que deu ensejo às diversas modificações ocorridas nessa área desde então.

A Constituição Federal de 1988, contudo, estabeleceu pela primeira vez na história do país, regras sociais que contemplassem a população mais pobre, por isso ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. Nos trechos que se referem à educação, a cultura e ao desporto, está explícito que todos devem ter direito à educação e que ela deverá ser promovida integralmente pelo Estado, entendimento que, após dois anos, fora reiterado pelo ECA. Todas as crianças, adolescentes e jovens têm igual oportunidade de adentrar, bem como de permanecer na escola. Portanto, é necessária a garantia de ampla liberdade para aprender e ensinar das mais diversas formas no ambiente escolar público, gratuito e com ensino de qualidade, com professores(as) formados(as) em áreas específicas para ministrar as disciplinas propostas.

Ainda de acordo com a Constituição, o Estado deverá prover educação às crianças dos 4 aos 17 anos de idade, mas também proporcionar ensino para todos(as) aqueles(as) que não puderam ter acesso na idade adequada, sendo que absolutamente todas as crianças deverão ser contempladas, inclusive as com necessidades especiais dentro de centros de ensino apropriados e, também, no ensino regular. Os(as) alunos(as) impedidos de cursar o ensino regular no período do dia poderão estudar à noite. Esses, também, deverão estar assegurados de todas as possibilidades de manutenção no ambiente escolar como apoio em relação a material didático, uniforme, transporte, alimentação e afins.

Crise do sistema educacional

De acordo com Aranha e Souza (2013), o atual modelo educacional causou uma crise estrutural¹ desde sua organização no início do século XVIII, quando se definiu que a educação seria dever do Estado e direito do cidadão. Estruturaram-se, então, modos de aprender e ensinar, mas também de ser educado de forma crítica e autônoma, livrando-se da ignorância e da falta de conhecimento científico. A instituição escolar pretende responder a uma série de interesses, que são distintos e conflitantes, pois a elite espera que a educação sirva aos seus interesses educando os(as) jovens enquanto classe dirigente, já

a classe operária pretende se instrumentalizar para modificar sua situação enquanto classe dominada. Ou seja, quando pessoas que advêm de espaços distintos chocam-se por não buscarem o mesmo fim e a finalidade a ser alcançada estará mais próxima a depender do ponto de partida de cada um.

“Pois, uma coisa é ter uma escola para públicos já predispostos à escolarização e na qual ficam aqueles que se adaptam aos seus rituais e sobrevivem às suas exigências. Coisa muito distinta é ter uma escola para todos, não apenas no discurso, mas numa prática cotidiana que não apenas dê conta do jogo das diferenças, mas que assegure aos desiguais as mesmas condições de percurso” (ARANHA & SOUZA, 2013, p.77).

A reforma do ensino médio

No que se refere ao contexto atual, no último semestre de 2016, em meio a uma deflagrada crise política em função do ilegítimo processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e, consequentemente, a partir da concessão do mais alto cargo do país ao seu vice, Michel Temer, o poder público empenhou-se para alterar a situação da educação brasileira por meio da Medida Provisória 746/2016, em prol da reforma do ensino médio, dando ensejo às pretensões do projeto de lei nº 6.840 de 2013, que previa mudanças na LDB. Por óbvio, a iniciativa do governo não foi bem recepcionada pelos(as) intelectuais, pesquisadores(as) e professores(as), principalmente das áreas de humanas, incluindo aqui a Sociologia, pois estes (as) consideraram as prerrogativas da reforma como um verdadeiro desmonte da educação pública brasileira.

As críticas baseiam-se principalmente em função da pretensão de aumento excessivo da carga horária e da desconsideração da importância de determinadas disciplinas, como História, Filosofia, Artes e Sociologia para a formação dos(as) alunos(as), prevendo-as somente como matérias optativas, e não mais obrigatórias.

Desde que esse embate foi reaceso, houve várias discussões, sendo que a elite conservadora mostrou-se favorável à reforma. O desfecho do projeto ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2017, quando o atual presidente da República, Michel Temer, sancionou-o. De acordo com o site oficial do Senado Federal, a Medida Provisória, após alterações da Comissão Mista e da Câmara dos Deputados, foi aprovada pelo Senado Federal e adentrou o ordenamento jurídico brasileiro sob a forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016.

Dentre as previsões da reforma do ensino médio, referem-se a quatro, mencionadas a seguir. Em primeiro lugar, a reforma prevê uma progressiva adoção do ensino em tempo integral, com a previsão de 1.000 horas/aula por ano em até 5 anos, e nos anos seguintes da implementação, a 1.400 horas/aula. Em segundo lugar, a reestruturação do currículo a partir de disciplinas obrigatórias que terão 60% da carga horária – Português, Matemática, Inglês, estudo e prática de Educação Física, Filosofia e

Sociologia. Em terceiro lugar, o restante da carga horária (40%) será escolhido pelo aluno, por meio dos itinerários formativos, constituídos por cinco áreas do conhecimento, a saber: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas, e por fim, sociais aplicadas e formação técnica e profissional; Por fim, quanto aos professores, estes poderão ser contratados para ministrar aulas afins à sua formação para atuar na educação técnica e profissional, desde que apresentem notório saber, devidamente atestado.

Embora na lei constem as matérias de Filosofia e Sociologia como obrigatórias, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) continua em análise no Ministério da Educação, ou seja, a efetiva caracterização destas matérias como obrigatórias ainda está sob o jugo do CNE e posterior homologação do ministro da Educação, de acordo com as informações do próprio Senado Federal, divulgadas em seu sítio eletrônico².

A legitimidade da reforma é extremamente questionável por duas razões primordiais: arbitrariedades e incertezas. Primeiramente, porque o projeto é oriundo de uma Medida Provisória. De acordo com o art. 62, *caput*, da redação da Emenda à Constituição nº 32/2001, medidas provisórias são atos monocráticos do Presidente da República que possuem força de lei; contudo, só são editadas para atender casos de relevância e urgência e, por essa razão, devem ser submetidas à apreciação imediata do Congresso Nacional.

As medidas provisórias possuem efeitos imediatos de duas espécies: normativos e procedimentais. O primeiro relaciona-se a sua vigência e produção de efeitos, e o segundo tem a prerrogativa de estímulo para que o Congresso Nacional instaure o devido processo legal de conversão em lei (BULOS, 2007, p. 977).

Ainda segundo Bulos (2007), as medidas provisórias caracterizam-se como atos excepcionais. Não são leis, mas possuem as mesmas atribuições destas, embora não originárias da representação popular, mas sim da diligência unipessoal do Presidente da República. São efêmeras, pois subordinam a um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para apreciação (art. 62, § 3º, CF/88), sob pena de perda de eficácia e consequentes efeitos retroativos. Além disso, tais medidas condicionam-se aos subjetivos e maleáveis pressupostos de relevância e urgência. De acordo com Bulos (2007, p. 979), as medidas provisórias: “[...] só podem ser editadas ante situações graves, de notória importância, perante interesses invulgarmente importantes. Não é todo e qualquer assunto que exige a expedição delas”.

O segundo requisito, isto é, a urgência, é exigido justamente para evitar que a sociedade seja exposta a arbitrariedades que coloquem em risco a concretização e garantia de seus direitos fundamentais.

Com estas reflexões não se pretende sustentar que uma reforma do ensino médio para melhor atender às necessidades de crianças, adolescentes e jovens seja desnecessária ou insignificante. Pelo contrário, reconhece-se que esta é uma demanda muito antiga e que requer atenção legislativa. A finalidade desta exposição é demonstrar que o cará-

ter de essencialidade da reforma foi utilizado como estratégia política para imposição arbitrária de uma nova conjectura educacional, cujos benefícios e estruturas remodeladoras ainda fomentam incertezas. Além disso, a tramitação ocorreu totalmente alheia aos moldes de participação política popular, consagrados pela Constituição Federal. Os (as) agentes diretamente relacionados e/ou afetados pela reforma, ou seja, alunos (as), professores (as), estudiosos (as), especialistas e a sociedade, de uma forma geral, sequer foram consultados através de debates e/ou audiências públicas.

A importância do estudo da Sociologia

Esse cenário de modificações pautadas em decisões de atores e entidades que não estão diretamente em contato com a realidade escolar gerou a necessidade de trazer a lume a importância da obrigatoriedade do estudo da disciplina de Sociologia na escola, não apenas no ensino médio como há, mas também no ensino fundamental.

Para além da promoção de senso crítico e autonomia do indivíduo, a Sociologia transforma e modifica a maneira como se observa a realidade social, formando jovens não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma cidadania mais participativa, pois oferece uma linguagem diferente das outras ciências, com uma forma única de fazer pesquisa, sistematizando as discussões políticas e tornando-as acessíveis. Apesar de existir uma tênue divisão entre disciplinas como Geografia e História, a Sociologia se diferencia por observar os fatos históricos e fazer uma análise geopolítica sem levar em consideração somente os períodos temporais e os espaços físicos.

Além disso, a Sociologia no ensino médio é uma forma de sintetizar as principais discussões das ciências sociais, levando aos(às) jovens atualidades das três áreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A partir do estudo da Sociologia, os(as) alunos(as) têm a possibilidade de entender cientificamente alguns fenômenos sociais que não são explicados por outras ciências. Por exemplo, estudando Biologia, ou alguma ramificação dessa matéria, é possível compreender como o ser humano evoluiu ou por que algumas pessoas foram perdendo a melanina da pele, mas apenas a Sociologia irá explicar os motivos pelos quais as pessoas com mais melanina sofrem com o racismo e que, em diversos momentos, essa evolução foi tomada como engodo para a dominação de povos julgados incivilizados e primitivos.

Bauman (2015) é um dos principais autores que discorrem sobre a importância da Sociologia. A partir do questionamento “para que serve a Sociologia?”, redigiu um texto em forma de diálogo demonstrando que a disciplina é essencial à sociedade e, também, parte dela. Diferentemente de outras ciências que podem estudar objetos distantes, a Sociologia estuda questões que, às vezes, encontram-se no próprio terreno familiar e por isso, tem ainda mais dificuldade em ser neutra e imparcial. Entretanto, isso não é negar sua cientificidade, mas compreender que o pesquisador não se despreza da sociedade para analisá-la. Deste modo, o cientista social deve

2 SENADO FEDERAL. <<http://www12.senado.leg.br/hpse-nado>> Acesso em 17/02/17.

viver e conviver com o seu momento histórico e a partir dele realizar estudos, para que seus resultados e conclusões sejam úteis para seus semelhantes, porque trará respostas a partir de teorias complexas a sofrimentos, dúvidas e questionamentos corriqueiros.

“A Sociologia [...] tende a solapar os alicerces sobre os quais se sustentam as crenças populares na ‘necessidade’ e ‘naturalidade’ de coisas, ações, tendências e processos. Ela desmascara as irracionalidades que têm contribuído para sua composição e seu prosseguimento” (BAUMAN, 2015, p.19).

A Sociologia pode, por conseguinte, facilitar o entendimento da sociedade em relação aos acontecimentos, mas também retira o indivíduo de sua zona de conforto, na qual todas as explicações são encontradas de forma facilitada, pois a partir de pesquisas abre-se um leque de verdades possíveis que refutam alguns crêdulos cristalizados a partir de crenças herdadas.

Desvalorização das licenciaturas

A educação está passando por um período de crise acentuada que requer mudanças. Estas, por sua vez, devem partir de setores ligados à educação, especialmente dos cursos de licenciatura, que possuem os maiores níveis de evasão e que, nos vestibulares, possuem as menores concorrências. Parte da explicação para o problema repousa no descrédito que têm os(as) profissionais da educação no mercado de trabalho em relação aos baixos salários, altas cargas de trabalho e desvalorização simbólica. Desta maneira, mesmo quando as escolas possuem o dever de ofertar vaga a todos(as) os(as) jovens e estes, por sua vez, devem estar devidamente matriculados por seus responsáveis, faltam professores(as) habilitados(as) para desenvolver a função e aqueles que possuem o diploma de curso superior sentem-se desmotivados(as) para exercê-la.

Muitos discentes dos cursos de licenciatura não pretendem dar aulas, outros se arriscam por alguns anos, mas acabam desistindo por motivos de adoecimento, desrespeito em sala de aula e até mesmo agressões físicas e verbais. De acordo com os dados apresentados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Brasil é o país que pior paga seus professores. Enquanto a Alemanha investe cerca de 35 mil/ano em profissionais no início de sua carreira, no Brasil, o investimento é de apenas 12 mil/ano. Com baixos salários, o(a) professor(a) sente-se constantemente desvalorizado(a) (HIGEL, RAMOS, RUIZ, 2007, p.9).

Uma das alternativas para integrar os(as) jovens estudantes às salas de aula são os estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), os quais constituem formas de aproximar os conteúdos teóricos à prática da sala de aula. Esses processos são essenciais para que os(as) alunos(as) possam observar um docente em atividade e aprender a partir de pesquisas e relatórios, além de algumas intervenções durante o

período de estágio que farão com que aprendam a organizar uma sala de aula. Durante o período de faculdade, o(a) graduando(a) estuda como se deve preparar um plano de aula, como ele deverá ser aplicado, teoricamente, mas é só na vivência cotidiana que será possível aprender sobre a forma de comunicação dos jovens e readequar os conteúdos para que se tornem mais plausíveis às realidades dos mesmos. O plano de aula não perde importância frente à realidade escolar, entretanto, ele deve fazer sentido para os(as) estudantes, e caso não cumpra a função de instigar ao conhecimento, deverá ser reformatado.

A proposta é que estagiários(as) possam, além de realizar observações sobre a condução de uma sala de aula, captar as mais eficientes formas de interagir com os(as) alunos(as). Certamente, o que mais atrai a atenção destes(as) são as aulas ministradas por profissionais com domínio de conteúdo, que possuem didática e sabem transformar teorias complicadas em conteúdos mais facilitados, muito embora atualmente existam alguns recursos extras que podem tornar as aulas mais atrativas a jovens que convivem, a todo o momento, com celulares e computadores de última geração.

Para além do quadro negro e do giz branco, hoje, professores(as) podem utilizar a internet para tornar as aulas interativas, mesmo para disciplinas nas quais o conteúdo demonstra-se denso, como a Sociologia. Existem maneiras de descomplicá-las, tornando-as acessíveis aos(as) jovens que se acostumaram à fluidez dos pequenos textos das redes sociais e, por isso, possuem maiores dificuldades em se debruçar sobre grandes livros.

Geralmente, estudantes de ciências sociais, ao iniciarem seus estágios se deparam com a falta de profissionais ocasionada pela diminuta carga horária concedida à disciplina de Sociologia no ensino médio. O estágio não deve ser apenas um momento destinado à confecção de relatórios, mas pode e deve servir para uma pesquisa profunda sobre o sistema educacional, ou seja, deverá o(a) estudante ler os livros didáticos da área, igualmente pesquisar formas de montar os planos de aulas, analisando os conteúdos programáticos para cada série. Depois de concluir o estágio, é importante que o(a) aluno(a) não se restrinja apenas a entregar um trabalho final ao/a orientador(a), mas que também possa socializar sua experiência com os demais colegas para que esta seja eficaz e melhor aproveitada.

O PIBID foi lançado em 2007 como forma de incentivar a docência, através de bolsas para que os(as) universitários(as) possuam contato com a prática concomitante com a formação teórica na Universidade, criando um vínculo entre o ensino superior e básico. Esse tipo de proposta surgiu frente a uma demanda de licenciados(as) que saíam da graduação sem preparo para o cotidiano em sala de aula, pois o estágio supervisionado era a única ponte possível entre o contexto universitário e o escolar. Portanto, o PIBID se tornou essencial para que os(as) discentes possam entender a complementariedade que existe entre as instituições públicas, pois os colégios devem estar interligados às universidades. Além do quê, os(as) alunos(as) conse-

guem, ainda no início do curso, exercer uma função remunerada que gera sensação de valorização da docência e, inclusive, auxilia nas condições materiais de manutenção na academia, tal como a ter contato com adolescentes em diversas atividades organizadas junto aos (às) professores (as) coordenadores (as). A partir da formação enquanto docente, os (as) universitários (as) podem vencer alguns pré-conceitos em relação à profissão, aprendendo a lidar com os (as) alunos (as), adquirindo habilidade com os (as) adolescentes, e aqueles (as) que ainda não haviam escolhido entre cursar o bacharelado ou a licenciatura podem optar por cursar ambas as habilitações.

Outra experiência que o PIBID proporciona aos aspirantes à docência é a de deter um conhecimento especializado e poder ensinar com propriedade, pois muitos (as) universitários (as) não se consideram capazes de ensinar, afinal passaram a maior parte da vida apenas sendo ensinados (as). Migrar para o outro lado da sala de aula nem sempre é tarefa fácil, porque profissionais da educação se veem rodeados por vários medos, receios e incertezas, como por exemplo, o de incorrer em erros, não saber ou não possuir conteúdo suficiente.

Tanto o PIBID quanto o estágio supervisionado são essenciais para a formação de docentes, entretanto, essa formação deve ser continuada para além do período de graduação e não deve se restringir somente a cursos espaçados, pois a qualidade da educação irá se regular, também, pela qualidade dos (as) educadores (as). Em todos os ramos, os (as) profissionais precisam estar continuamente estudando e se atualizando para manterem a eficiência e a qualidade de seu trabalho. Uma das alternativas para modificar essa situação a partir da graduação seria desconsiderar a separação tão rígida existente entre o bacharelado e a licenciatura, pois dessa forma, os (as) discentes, além de aprenderem sobre didática no estágio supervisionado, acabariam mais motivados a pesquisar, escrever e produzir, o que certamente contribuiria com a adoção de uma postura mais autodidata.

Hoje, além de cada profissional escolher entre uma ou outra habilitação, ainda se concentram cada qual em uma área específica dentro do curso. Isso não é necessariamente prejudicial, afinal, cada professor (a) será especialista em alguns conteúdos, entretanto, se desconhecer o projeto geral de ensino, haverá prejuízo à educação básica, já que precisará ensinar para diversas séries diferentes em um mesmo ano.

Formação continuada do docente

A questão cerne da formação continuada, pela qual os (as) professores (as) devem passar ao longo da carreira enquanto docentes, é a desvinculação da ideia de que ao realizar alguns cursos estará complementando sua formação inicial. Dar continuidade aos estudos é diferente de complementariedade. A graduação em curso de nível superior, em uma educação ideal, deveria ser vista como ponto de partida para novos caminhos de aprendizados constantes, contudo atualmente apenas os que ingressam na pós-graduação ou em especializações é que pos-

suem a oportunidade de continuar os estudos. Os demais cursos que são oferecidos ora pelo Estado, como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), ora por investimento pessoal do (a) docente, como pós-graduações a distância, ministradas nos finais de semana para ensinar projetos utópicos ou de difícil aplicação em salas de aula, desconsiderando que a teoria se confronta com a prática e, na maior parte das vezes, uma não se adapta à outra. Portanto, uma real formação, posterior à graduação, levaria em consideração as percepções pessoais dos (as) profissionais enquanto docentes, que teria como foco principal a integração do que é aprendido teoricamente com a prática.

A atualização profissional deve ser estruturada segundo as demandas de cada período, levando-se em consideração o conhecimento prático dos (as) docentes. Muitas vezes, o (a) professor (a) possui um centro ou uma teoria base, no entanto, ao longo da carreira, irão surgir muitas outras questões a serem trabalhadas e os (as) profissionais devem saber redirecionar seus esforços para um ensino mais eficiente de acordo com o que será cobrado dos (as) alunos (as). Por exemplo, atualmente muitas discussões pautam-se sobre a atuação e os papéis exercidos pelos feminismos na formação básica, ao se considerar a conjectura política do estado brasileiro, caracterizada pelo discurso misógino, machista e sexista que oportuniza o desmonte de políticas públicas essenciais, ocasionando retrocessos legislativos. Atualmente, essas discussões têm maior destaque no cenário universitário e educacional, todavia, discursos polarizados e reducionistas tendem a viabilizar críticas mal fundamentadas. A adoção ou não de posturas críticas conscientes e abertas ao diálogo depende, precipuamente, da formação e especialização dos (as) docentes.

Nesse contexto, é essencial, principalmente para professores (as) das ciências humanas e sociais, o acompanhamento e o razoável saber sobre as modificações legislativas, suas consequências e problematizações, pois as mesmas têm impacto direto sobre como poderão abordar os assuntos em pauta.

É dever do (a) profissional da educação atentar-se a essas discussões, para transmitir os principais posicionamentos existentes sobre o assunto aos (as) discentes, de modo que estes consigam refletir sobre como e porque ocorrem tais oposições, problematizando as estruturas hierárquicas de poder entre homens e mulheres, o que torna possível a compreensão do breve panorama acima exposto.

Uma das funções da Sociologia é trabalhar com a diferença. Muitos (as) professores (as) ainda demonstram resistência em discutir, de forma adequada, questões raciais, de classe e de gênero nas escolas. No entanto, tais discussões tomam cada vez mais vulto, constituindo-se como demandas de ensino, na medida em que veem sendo cobradas em certames públicos, vestibulares e principalmente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A queda da democracia e a subtração do ensino sociológico

A partir do que foi apresentado, é possível inferir

que a crise não é apenas momentânea, mas estrutural e decorrente de uma organização que apenas se acentuou com o atual panorama político, de acordo com o capítulo "Por que o golpe acontece?" da obra *"Por que gritamos Golpe"* de Ciro Gomes. Segundo o autor, o país "viveu no ano de 2016 uma das mais graves ameaças à sua democracia desde o fim do período militar" (GOMES, 2016, p.10).

Gomes (2016) afirma que os golpes são formas comuns de tratar a política no país, afinal apenas três presidentes começaram e concluíram seus mandatos: Juscelino Kubitschek, FHC e Lula, porque eles, além de manterem aberto um canal de comunicação com a população, mantiveram também outras relações de interesse. Já a Presidenta Dilma não agiu da mesma forma e cometeu outros erros, mas de qualquer forma, nenhum deles justificaria seu impeachment. Ela foi acusada de crime de responsabilidade por ter cometido as pedaladas fiscais, manobra política não caracterizada como crime, de acordo com a CF. Logo, o que ocorreu foi um golpe, não apenas contra uma personalidade política, mas contra a democracia; afinal, atingiu o cargo máximo do país.

Após esse golpe, esperavam-se modificações na educação que atingissem as disciplinas de humanas, em especial a Sociologia, pois essa adentrou pela segunda vez no currículo escolar em um momento de afirmação da democracia através da Constituição Cidadã de 1988. Assim, em um momento em que a democracia está abalada pela total desconsideração dos mandamentos da CF, a tendência é que disciplinas que instigam o senso crítico e autonomia individual se tornem, novamente, alvos de ataques.

Esse momento de crise política se reflete em todas as camadas sociais, de modo que a Sociologia se torna mais necessária dentro do contexto escolar, como um mecanismo de modificação social, capaz de impedir que ideias estapafúrdias e preconceituosas sejam reverberadas, como algumas vertentes do direito conservador que adota, claramente, posicionamento contrário àqueles(as) que se desviam do padrão cisgênero e heteronormativos de identidade e sexualidade, às classes sociais mais baixas, à população negra e aos(as) estrangeiros(as). É uma grande carga para um curso que apresenta tantas dificuldades em seus alicerces. Portanto, é fundamental que sejam feitas reformas, mas estas devem ser promovidas em discussão com os agentes educacionais.

Considerações finais

Primeiramente, foi feita uma análise sobre o papel da escola a partir de teorias que discorreram sobre tal em diversos períodos históricos e constatou-se que, apesar dessa instituição ser lida, às vezes, de forma autoritária, ainda é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Posteriormente, analisou-se a educação no cenário nacional, desde a colonização do país para demonstrar a quem e a qual função ela servia e relacionar com o momento atual, demonstrando a existência de interesses similares.

Foram analisados os dois períodos históricos em

que a disciplina de Sociologia foi implantada no currículo escolar da educação básica, e mostrou-se que ambos os períodos eram de crise política, entretanto, enquanto no primeiro momento a Sociologia servia a uma classe e a sua manutenção, no segundo ela surge como tentativa de auxiliar na reestruturação da democracia após o fim da ditadura militar. Também foi realizada uma leitura sobre os trechos que tratam sobre a educação de base na CF, na LDB e no ECA para demonstrar o que o ordenamento jurídico brasileiro prevê como dever do Estado e direito da criança e do adolescente: educação de qualidade, pública e gratuita, o que inclui a previsão do ensino da Sociologia na educação básica.

Esse quadro histórico foi feito para dialogar com a atual conjuntura de crise política, acentuada com o golpe à presidência da República e com a instauração de um governo ilegítimo, ávido para realizar um desmonte no sistema educacional através de reformas incoerentes, que partem de agentes da esfera política, e não educacional, como deveria ser.

Concluindo, diante do que fora exposto, é possível inferir que as reformas são necessárias para o sistema educacional, que passa por uma crise profunda desde a sua base, ou seja, já na formação dos profissionais da licenciatura que são constantemente desvalorizados(as) no mercado de trabalho, entretanto, as modificações devem ocorrer a partir da integração dos agentes educacionais em prol dos reais beneficiados, quais sejam, os(as) estudantes.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Antônia Vitória Soares & SOUZA, João Valdir Alves. (2013), "As licenciaturas na atualidade: nova crise?". *Educar em revista*, 50, 1: 69-86.

BAUMAN, Zygmunt. (2015), *Para que serve a Sociologia?* Rio de Janeiro, Zahar.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.840*, de 27 de novembro de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1295592.pdf>>. Acesso em 18 fev. 2017.

BRASIL, *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL, *Medida Provisória nº 746*, de 27 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/MPv/mpv746.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BULOS, Uadi Lammêgo. (2007), *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Saraiva.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. (1999), 20 ed. trad. Raquel Ramallete, Petrópolis: Vozes.

GOMES, Ciro; RIBEIRO, Djamilia; SINGER, André *et.al*. (2016), *Por que gritamos GOLPE? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

HINGEL, Murilo; RAMOS, Mozart Nevez; RUIZ, Antonio Ibañes. (2007), *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Brasília, Luiza Procópio Sarrapio.

HOOKS, bell. (2013), *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, trad. Marcelo Brandão Cipella, São Paulo: WMF Martins Fontes.

MEUCCI, Simone. (2015), "Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota recente". *Ciências Sociais Unisinos*, 51, 3: 251-260.

SENADO FEDERAL. < <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em 17/02/17.

YOUNG, Michael. (2007), "Para que servem as escolas?". *Educação & Sociedade*, 28, 101: 1287-1302.

